

GREVE NA UFMT

Desde a década de 1990, quando os governos começaram a massificar a ideia de que o serviço público é um peso para a sociedade e que o Estado só serve para cobrar impostos, a educação pública superior vem sofrendo diversos ataques.

Ao mesmo tempo em quem os governos divulgam ampliação das vagas na universidade, os recursos destinados à elas são cada vez menores. E se, como é possível observar, **os recursos já não eram suficientes nos últimos anos, como garantir o funcionamento da universidade depois de um novo corte de quase R\$ 12 bilhões em 2015?**

Não temos espaços físicos suficientes, as salas e equipamentos estão sucateados, estamos sobrecarregados pela falta de profissionais!

O problema não é a crise. O problema são as prioridades do governo! Boa parte da receita pública para pagar dívidas aos bancos, mas e a população? Essa crise não é nossa!

Por isso queremos:

ESTUDANTES DA UFMT

Os cortes na educação afetam a educação pública como um todo, desde a creche até a universidade. Compromete ainda mais a democratização do **ensino gratuito, público, universal e de qualidade.**

Sem recursos, como serão construídas novas creches e escolas? Qual será o ensino superior que seus filhos e netos terão?

Na UFMT, tivemos cortes significativos na CAPES, que diminuirão o número de bolsas de pesquisa e extensão. Algumas universidades tiveram cortes de bolsas para a pós-graduação que chegam a 50%.

Alguns programas de extensão tiveram o fim decretado ou foram seriamente comprometidos, como o PET Saúde (programa nacional de parceria das universidades federais com o SUS), que terminou em julho deste ano, e o PIBID (programa de iniciação a docência), que poderá ter fim em breve.

Os 10% do PIB para a educação, meta incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), está cada vez mais distante. Ainda mais quando falamos em 10% para a educação pública.

As bolsas de Assistência Estudantil, que têm o objetivo de **ajudar o estudante a permanecer na universidade, não atendem nem 10% da demanda!**

Por esses e outros ataques à educação pública, reivindicamos mais:

- Restaurantes Universitários;
- Moradias Estudantis;

- Reversão dos cortes na educação;
- Rediscutir a lei de carreira docente;
- Novos concursos públicos;



- Estabelecer uma data base para a categoria; **A EDUCAÇÃO PÚBLICA É UMA CONQUISTA DE TODOS NÓS! NÃO VAMOS PERMITIR QUE SEJA SUCATEADA E PRIVATIZADA!**

- Creche Universitária;
- Bolsas e auxílios;

Além disso, também sofremos ataques como outros movimentos sociais organizados. O Movimento Estudantil da UFMT se financiava com recursos obtidos de festas no campus, mas principalmente da receita de copiadoras e cantinas. As festas foram proibidas em 2013, as cantinas licitadas em 2014 e as copiadoras retiradas no final do ano passado.



A EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS! A EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ FOI MOTIVO DE ORGULHO PARA O PAÍS, MAS VEM SOFRENDO DIVERSOS ATAQUES DE GOVERNOS DESCOMPROMISSADOS COM A POPULAÇÃO! SÓ CONSEGUIREMOS MANTER O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE RESISTINDO A ESSES ATAQUES!

SERVIDORES FEDERAIS EM GREVE

AJUSTE FISCAL: CORTES PARA QUEM? NÃO HÁ OUTRAS SAÍDAS?

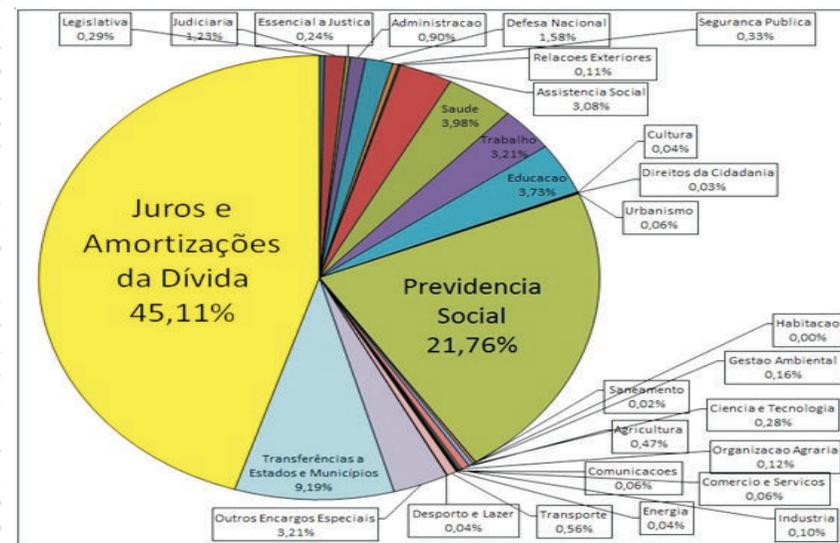


A cada momento, a mídia nos “bombardeia” sobre a crise econômica e seus “remédios amargos”: **cortes nas áreas sociais; apelos para que suportemos o desemprego...** Por isso, pede nosso sacrifício e concordância com o arrocho salarial, nossa aceitação à privatização, tolerância com aposentadorias indignas, resignação com a precarização dos serviços públicos, dos direitos sociais e trabalhistas.

Embora a “**crise**” seja apresentada como única para toda a sociedade, **os remédios são dirigidos apenas aos trabalhadores** que sobrevivem da venda da sua força de trabalho. Aos que vivem de exploração econômica e financeira do trabalho produzido pelo conjunto da sociedade fica a maior parte do bolo. Logo, **aos banqueiros, empresários de empreiteiras e do agronegócio, industriais, comerciantes e grandes corporações, incluindo grupos da mídia, assim como à maioria dos políticos, a “crise” é oportunidade de mercado e lucro.**

O grande capital – ao invés de sofrer “cortes orçamentários” – tem garantido mais de 40% do orçamento ao pagamento da dívida pública.

Será que o pagamento de juros a um pequeno grupo de capitalistas é mais importante do que a garantia de direitos sociais à saúde, à segurança e à educação públicas de qualidade? À aposentadoria digna? A políticas universais?



Por que o “corte orçamentário” não atinge os bilhões que o Estado concede ao grande capital, por meio de renúncia e isenção fiscais? Por que não é substituído por uma política tributária justa, que recaia sobre o grande capital, ao invés de se concentrar sobre o consumo (onde aqueles que ganham menos, proporcionalmente, pagam mais)?

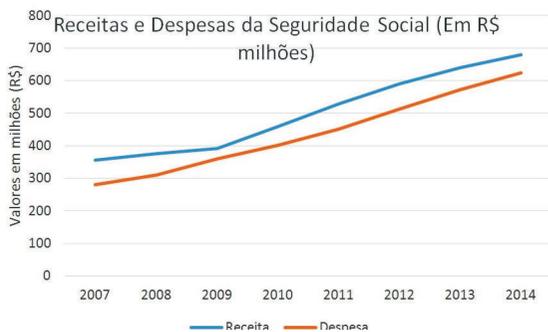
Por que os lucros do capital não são devidamente taxados e alguns sequer são tributados?



Por que o Estado afirma que precisa cortar recursos para a educação pública (quase 12 bilhões), mas não economiza para a educação privada? Só ao FIES, o governo liberou mais de R\$ 13 bilhões esse ano. Por que o governo e seus parceiros de interesse alegam que precisam “cortar na própria carne”, mas a parte do corpo social que sangra é a que vive do trabalho, da aposentadoria, das bolsas? Onde está a contribuição do grande capital?

Enquanto a Política de Proteção ao Emprego (PPE) defende a redução de 15% nos salários, qual foi o percentual de redução que parlamentares e magistrados ofereceram nos seus salários, benefícios e outras verbas de que usufruem?

Se o momento é de crise e cortes, por que são generosos com o agronegócio, assegurando mais de R\$ 160 bilhões em 2015? Detalhe: conforme estudos oficiais, como os do IBGE, são os pequenos produtores que garantem emprego e produção agrícola no país. Se não há dinheiro para a aposentadoria, por que a Previdência é superavitária e seus fundos servem para pagar a dívida?



Por que a Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada por FHC/PSDB, não foi revogada pelo PT?

Porque servem ao capital. Pela DRU,

descumprem determinações constitucionais para investimentos na educação e na saúde, criando um recurso “legal” para justificar a falta de investimentos nas áreas de responsabilidade social do Estado; afinal, **interessa ao governo e seus parceiros criarem condições de mercado ao lucro das empresas privadas.**

Como fazem isso?

Destruindo empresas públicas, impedindo o seu funcionamento, promovendo o caos pela falta de recursos e péssimo atendimento à população. Para isso, os governantes não economizam esforços.

Alguém se lembra de como a privatização da telefonia foi apresentada?

Como o salto à qualidade e eficiência na prestação do serviço. Hoje, o setor bate recordes de reclamação.

Há punições a esses desmandos?

Não, pois agências como a ANATEL atuam mais como defensoras das empresas do que como órgãos de proteção ao interesse público.

E os serviços essenciais, como água e energia?

Além de pagarmos para que os lucros não sejam comprometidos a essas empresas (!!!), ainda corremos o risco de ter os serviços cortados, segundo a lógica do mercado e do lucro, e não da necessidade pública.

E no caso da saúde, da previdência e da educação?

Para abrir mercado às empresas privadas (nacionais e internacionais), a educação, a saúde e a previdência foram tão sucateadas que a sociedade passou a defender a privatização. Assim, sob a justificativa da corrupção, ineficiência e incompetência públicas, os interesses do lucro privado foram sendo atendidos.

Exemplos:

A “expansão da universidade pública” – sustentada pelo discurso da “universidade para todos” – foi sendo realizada sem qualidade e sem recursos suficientes.

O SUS foi sendo aniquilado, garantindo espaço à expansão dos planos privados. A Previdência foi sendo destruída, forçando os trabalhadores a “comprar” a previdência complementar privada.

Mas há outras saídas para a crise. O que não podemos é aceitar, outra vez, que apenas os trabalhadores paguem pela “crise”, mantendo os interesses do grande capital, do qual o governo e a maioria dos políticos são ativistas servis e dedicados.

MAIS DE TRÊS MESES DE GREVE: DE QUEM É A CULPA?

A greve dos servidores públicos federais é extremamente reveladora dos compromissos do governo e dos seus parceiros. De um lado, demonstra quais os interesses que orientam suas decisões políticas: **destruir a previdência social, a educação e a saúde pública** para atender aos interesses do grande capital, na medida em que esta destruição representa mais mercado para seus lucros. Revelam também o compromisso com a grande mídia, de criminalizar as lutas sociais que resistem a esta destruição.

Desta forma, são eficientes em tentar **responsabilizar os servidores públicos** pelas péssimas condições em que se encontram os serviços prestados na **Educação, no INSS e no SUS**. Mas, na verdade, **se ainda é possível obter alguma educação pública de qualidade, algum atendimento público nas redes de saúde e alguma espécie de aposentadoria é porque seus servidores têm resistido, em defesa destes direitos públicos para os trabalhadores.**

GREVE NO INSS

A **Previdência Social** é uma política de **proteção do trabalhador** e instrumento de distribuição de renda.

É a Previdência que garante um pouco de tranquilidade para todos nós depois de anos de trabalho e contribuição. **Mas querem privatizar a Previdência! Porque, ao contrário do que dizem, não falta dinheiro! A Previdência é superavitária!** Inexistência de tempo disponível para leituras e atualização de normas e legislação.

Sabe o que o governo faz com os servidores do INSS? Incorpora gratificações ao salário base de pouco mais de 900 reais, mas depois de anos de trabalho, esses servidores não conseguem se aposentar porque perdem essas gratificações! E ainda assim, quando fazem greve para protestar, têm os **salários cortados.**

Por isso continuam em greve, exigindo:

- Fim dos cortes de salário dos servidores em greve;
- Incorporação das gratificações para aposentadoria;

GREVE NO IFMT

O crescimento desordenado do Instituto Federal gera a precarização do trabalho, devido à **falta de estrutura** adequada para estudantes e servidores

Faltam laboratórios, equipamentos, alojamentos e mais servidores para atender a demanda destes institutos.

Além disso, os recursos para auxílios estudantis (moradia, alimentação e bolsas) não são suficientes. Os cortes no orçamento da Educação comprometem a continuidade dos serviços prestados por empresas terceirizadas, que fornecem de alimento e são responsáveis pela limpeza de cada campus. **Sem esses serviços é impossível manter alunos em salas de aulas.**

Por esses e outros motivos queremos:

- A regulamentação e o cumprimento do Decreto nº 1.590/95, que autoriza a jornada de trabalho de 30 horas para os técnicos administrativos da educação federal;

Esta **resistência**, entretanto, além de ser sistematicamente criminalizada, também enfrenta outros tipos de ataques. Desrespeitando o **direito constitucional ao salário e ao direito de greve**, o governo mandou **cortar o salário dos servidores do INSS**. Objetiva, com isso, forçá-los a desistir de lutar e resignar-se às **péssimas condições de trabalho** e remuneração, além de transformá-los, perante a opinião pública, em servidores egoístas e indiferentes às mazelas sociais. Não bastasse isso, o governo também atacou várias entidades sindicais, **suspensando o desconto e repasse das contribuições sindicais dos servidores**, com a intenção de cortar a fonte de recursos dos sindicatos em greve, com o propósito de acabar com a greve sem precisar fazer qualquer negociação ou concessão.

Pior: esse governo ainda tem a coragem de se apresentar como “dos trabalhadores”.

- Concursos públicos para repor quadros e abrir novas agências para atender a população!
Você quer se aposentar? Então apoie a greve e ajude a manter a Previdência Social como um serviço público!



- Não queremos aumento salarial! Queremos **reajuste proporcional às perdas inflacionárias!** Não é justo que o legislativo tenha aumentado seu próprio salário no fim de 2014, enquanto todos nós sofremos com os altos índices dos impostos e da inflação.



SERVIDORES FEDERAIS EM GREVE

SERVIDORES FEDERAIS EM GREVE